

Galvêas diz que bancos cooperam

por Milton Coelho da Graça
de Nova York
(Continuação da 1ª Página)

balancetes referentes ao terceiro trimestre. Mas, segundo ele, os bancos não teriam necessariamente de considerar como "incobráveis" os juros vencidos e não pagos há mais de noventa dias, pois eles poderão ser mantidos nos livros, que, até o fim do ano, "ficarão limpinhos" segundo expressão de Serrano.

Sexta-feira é um dia "sagrado" para os banqueiros que fazem todos os esforços para limpar a mesa e iniciar o fim de semana o mais cedo possível. Mas ontem, mesmo depois da 17 horas, muitas limusines continuavam atravancando as ruas em torno do edifício prateado de 59 andares, na rua 53, onde o Citicorp tem sua sede e os catorze membros do comitê assessor trabalhavam ativamente. Apesar das negativas do ministro Ernane Galvêas, muitas fontes bancárias falam de resistência por parte de muitos bancos em aceitar os termos da renegociação. Uma fonte com acesso ao comitê reconheceu que a reunião de sexta-feira demorou "porque há problemas", mas manifestou confiança de que serão superados.

O argumento dessa fonte é de que os US\$ 6,5 bilhões foram fixados exatamente porque isso dará ao Brasil apenas os recursos necessários ao pagamento de juros aos próprios bancos e, portanto, "não há motivo para deixar de participar". Ele admitiu que muitos bancos gostariam de receber os juros sem botar mais dinheiro e, assim, reduzir seu risco ("exposurê") no Brasil, "mas o Larosière explicou claramente que o Brasil não terá condições para isso no próximo ano".

Uma fonte brasileira disse que a proposta de Pastore, pedindo US\$ 9,2 bilhões aos bancos privados para formar uma reserva cam-

bial confortável, "foi feita muito tarde e, por isso, era utópica". Esse banqueiro acha que não há clima entre os credores para aceitar um empréstimo de "dinheiro novo de verdade", e Larosière teve de "falar com dureza" para convencer os bancos internacionais a refinarciar os juros, significado real, segundo ele, do empréstimo que será feito por esses bancos. Essa opinião coincide com a de muitos brasileiros presentes à assembléia conjunta do FMI e do Banco Mundial que chegavam a prever uma "fase 3" da renegociação em meados de 1984. Se houver um aumento de 1% na taxa de juros ou se o Brasil não atingir os US\$ 9 bilhões de saldo na balança comercial (o que é muito possível, segundo eles), a renegociação antecipada, uma vez mais, será inevitável.

Governo japonês reluta em entrar no pacote

O governo japonês está relutando em participar do pacote financeiro internacional montado no começo da semana para o Brasil, segundo um jornal japonês. O Japão concederá ao Brasil uma prorrogação para o pagamento de US\$ 500 milhões em empréstimos fornecidos pelo Export-Import Bank of Japan, mas não fornecerá aos brasileiros novos financiamentos, disse o jornal econômico Nihon Keizai Shimbun.

Citando fontes do Ministério das Finanças, o jornal afirmou que o governo japonês comunicará sua decisão ao governo norte-americano, que se tem envolvido ativamente na formulação do programa de ajuda ao Brasil.

Funcionários do Ministério das Finanças, entretanto, desmentiram a notícia, dizendo que "ainda não decidimos nada".